

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BC leva Selic a 13,75% e anuncia nova alta.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes: juro impede crescimento maior.....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Amparo legal para home office.....7

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

É urgente corrigir a tabela do IR (Artigo).....8

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Como aliviar o calvário burocrático, regulatório e tributário dos empreendedores?
.....9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento secreto, federação provisória (Artigo).....13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresários cobram US\$ 1 bi do Bank of America por jatos de luxo.....14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Moraes diz que antiga lei de improbidade deixou brechas.....15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

BMG é multado por abuso na oferta de consignado.....16

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio Brasil: Empréstimo consignado multiplica efeito eleitoral do benefício, dando até R\$
2.600 a famílias
.....17

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Afastamento por Covid-19 cai 90% e doença deixa de ser principal causa.....19

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF - BAND NEWS BOM DIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF retoma nesta quinta julgamento sobre alcance da Lei de Improbidade.....20

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Tribunais devem se preparar para ações de improbidade, diz Moraes.....21

O GLOBO - RJ - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Superministro argentino toma posse e anuncia medidas de austeridade.....23

Quinta-Feira, 4 de Agosto de 2022

O GLOBO - RJ - RIO
SERVIDOR PÚBLICO

Políticos usam projetos investigados em marketing eleitoral 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação é veneno a ser combatido (Editorial) 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juros podem ir a 14% em setembro - CELSO MING 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Porta entreaberta para alta de juros - MÍRIAM LEITÃO 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados rebatem dados de aumento de arrecadação 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes nega "desarranjo fiscal" e diz que "teto é retrátil" 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ações ilegais em produtos "custam" R\$ 337 bi 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes diz que governo violou o teto de gastos 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
POLÍTICA

Eleitor apático (Editorial) 34

BC leva Selic a 13,75% e anuncia nova alta

Michelle portela, Rosana Hessel

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) resolveu, por unanimidade, elevar em 0,50 ponto percentual a taxa básica de juros, a Selic, para 13,75% ao ano, em decisão já esperada pelo mercado. Ao contrário do que parte dos analistas previa, contudo, o BC avisou que o processo de aperto monetário ainda não terminou e que poderá fazer um novo ajuste na Selic, de menor intensidade, no próximo encontro, marcado para 20 e 21 de setembro. Com isso, a taxa pode chegar a 14% ao ano a 10 dias do primeiro turno das eleições.

"O Comitê avaliará a necessidade de um ajuste residual, de menor magnitude, em sua próxima reunião. O Copom enfatiza que seguirá vigilante e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar a convergência da inflação para as metas", diz o comunicado divulgado após a reunião, no início da noite.

Benefícios

O colegiado, integrado por diretores do BC, chamou a atenção para a incerteza existente na economia e para o risco que o crescimento das despesas públicas, com a ampliação dos benefícios a diversos setores, representa para o combate à inflação. O Copom "pondera que a possibilidade de que medidas fiscais de estímulo à demanda se tornem permanentes acentua os riscos fiscais para o quadro inflacionário", enfatiza a nota do BC.

O órgão deixou claro, ainda, que tem como alvo estabilizar a inflação de 2023, cuja teto é de 4,75%, e que já começa a mirar o ano de 2024. "O Copom entende que essa decisão reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva, e é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2023 e, em grau menor, o de 2024", afirma o comunicado.

Até junho, a inflação acumulada em 12 meses estava em 11,89%. E, apesar de medidas recentes tomadas pelo governo terem reduzido o peso de combustíveis e da energia elétrica na inflação deste ano, com prováveis deflações em julho e agosto, as projeções para 2023 seguem em alta. Como leva tempo para que os efeitos da política monetária sejam sentidos na economia, a nova elevação de juros mira a inflação

do próximo ano. Na semana passada, o mercado estimava que a meta de inflação será novamente superada no ano que vem, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingindo 5,33%.

A decisão tomada ontem pelo BC marcou o 12º aumento consecutivo da Selic, que voltou ao patamar de novembro de 2016. Após a decisão ser anunciada, analistas passaram a prever uma taxa Selic de, pelo menos, 14% até o fim do ano. Para o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, a nota do Copom foi "um balde de água fria" nos analistas que imaginavam que o ciclo de alta, iniciado em março de 2021, terminaria neste mês. Perfeito elevou de 13,50% para 14,25% ao ano a estimativa para a Selic no fim do ano.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, também passou a esperar uma Selic mais elevada. "A alta de 0,50 ponto percentual era esperada pela maioria do mercado e tem duas leituras. A primeira significa uma combinação da persistência dos choques inflacionários globais, e a ideia é que os juros fiquem em um patamar elevado por um período maior. A estratégia é que o BC já começa a olhar para 2024 e entende que a convergência da inflação será mais lenta. A gente entende que o BC vai elevar a Selic para 14% em setembro e deverá manter nesse patamar até o fim do ano", explicou.

O economista Eduardo Velho, da JF Trust, avalia que, além de deixar a porta aberta para um novo reajuste, o Banco Central sinalizou que deve manter os juros elevados por mais tempo.

"O comunicado sugere que ciclo de alta pode ser mais prolongado do que o esperado", concorda Mauro Rochlin, professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Rio).

Com a subida anunciada ontem, o Brasil mantém a liderança do ranking global dos maiores juros reais (descontada a inflação). De acordo com levantamento feito por Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset Management, a taxa de juro real no Brasil passou para 8,52% ao ano ? nível superior ao verificado em países como México, Colômbia, Chile e Indonésia. Em termos nominais, o país continua na 3ª colocação, abaixo de Argentina e da Turquia.

Indústria reclama

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de

Janeiro (Firjan) criticou a alta dos juros. "Ainda que, desde março de 2021, a taxa Selic venha sofrendo consecutivos aumentos na tentativa de frear o consumo, as expectativas com relação à **inflação** à frente seguem desancoradas. Nesse sentido, cabe destacar que o desajuste no nível de preços da economia não é um fenômeno exclusivamente de demanda, mas sobretudo de restrição de oferta", diz nota da entidade.

Embora reconheça que os crescentes aumentos de preços têm como causa a "desorganização das cadeias globais de produção", em função da pandemia e dos efeitos da guerra da Ucrânia no comércio global, a Firjan destaca que aumento da Selic não sacrifica apenas o setor produtivo. "Em um momento em que o mundo atravessa período de elevada incerteza, alimentada por guerra, covid-19 e risco de recessão, é imprescindível a adoção de uma política monetária mais moderada, que esteja atenta aos desafios do crescimento econômico nos próximos anos". O aumento do juro básico da economia se reflete em taxas bancárias mais elevadas, embora haja uma defasagem de seis a nove meses entre a decisão do BC e o encarecimento do crédito.

Escalada

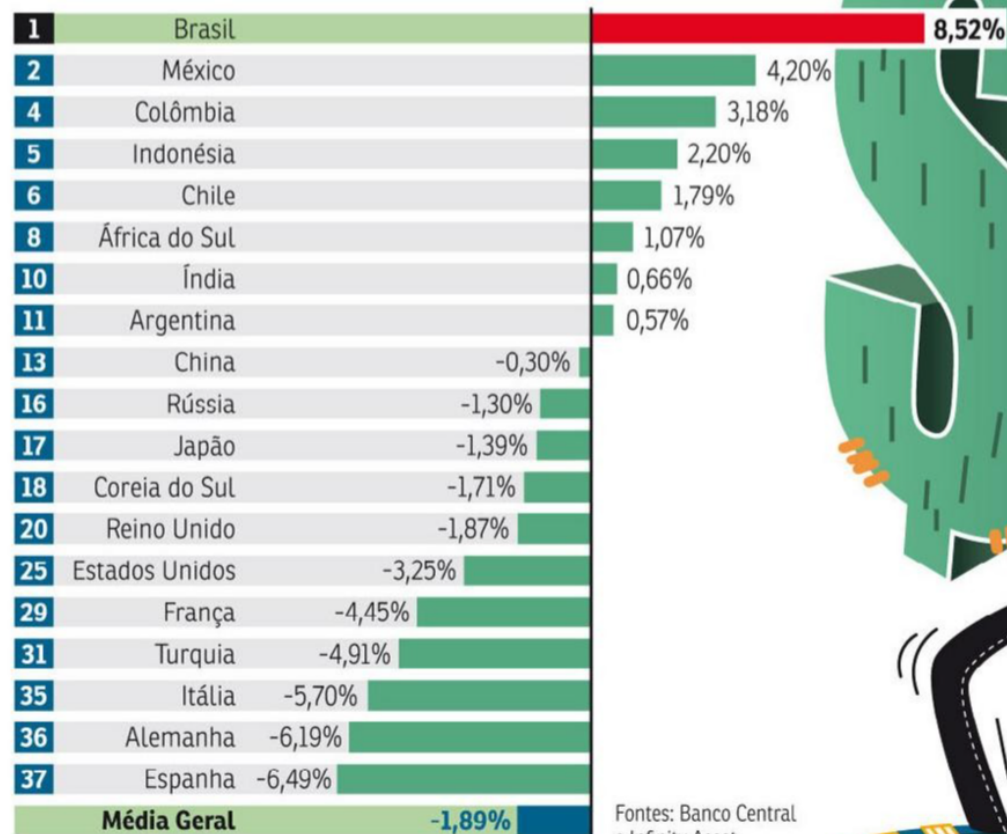
BC promove a 12ª alta seguida nos juros básicos

Taxa Selic (em % ao ano)



No topo

Ranking de juros reais (% ao ano)
(descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses)



Fontes: Banco Central e Infinity Asset



Guedes: juro impede crescimento maior



O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a comemorar as revisões para cima das expectativas de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano e afirmou que o país só não vai avançar mais do que os 2% projetado pelo governo por conta da alta dos juros, que travam o crescimento. "Quando simplifica e reduz **impostos**, a economia sai voando. A baleia estava arpoada e sangrando e agora está querendo se mexer. O **PIB** era para subir 4% neste ano, mas tem os juros e eles devem subir mais", disse ele, ontem, pouco antes de o Banco Central elevar a taxa básica da economia (Selic) de 13,25% para 13,75%.

A declaração foi dada em palestra no primeiro dia da feira Expert XP 2022, organizada pela XP Investimentos, em São Paulo. Durante a fala, de aproximadamente uma hora, o ministro foi bastante aplaudido pelo auditório lotado de "fariálimers" - apelido dado aos profissionais do mercado financeiro da Faria Lima, famosa avenida da capital paulista.

Desde que assumiu o cargo, o ministro tem usado a analogia da baleia para comparar o país que o atual governo recebeu de seus antecessores. Ele evitou fazer críticas ao papel do Banco Central, que conquistou a autonomia operacional, por lei, em fevereiro do ano passado. "Esperamos dois anos e, quando a **inflação** subiu, aprovamos o BC independente", afirmou. "Mas eu não vejo e não falo. Cada um tem sua função", reforçou.

Ao comentar sobre o cenário de recessão global, com Estados Unidos, Europa e China em processo de

desaceleração, ele voltou a afirmar que o Brasil está no início de um período de crescimento econômico e vai avançar acima das previsões atuais em 2023, em grande parte, devido à redução de **tributos** em curso e aos marcos regulatórios aprovados pelo atual governo, como o do saneamento, das falências, dos aeroportos, das ferrovias e do 5G, que garantem "R\$ 890 bilhões já contratados em investimentos para os próximos 10 anos".

"O Brasil é uma nação gigante. Somos resilientes. A **inflação** está descendo, e, no resto do mundo, começando a subir, o desemprego aumentando e o crescimento (deste ano) revisto para baixo", disse. "O Brasil continua revendo as taxas de crescimento para cima. Abrimos 388 mil empresas no mês passado", disse.

IPI zerado

O ministro afirmou, ainda, que pretende dar continuidade à política de redução de **tributos** - não apenas sobre combustíveis - e prometeu zerar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mas não revelou a data. Sem citar valores, ele ainda antecipou novo crescimento na arrecadação federal em julho, de 9%, estabelecendo "um novo recorde". Ele reconheceu, porém, que boa parte das receitas são oriundas de dividendos de empresas estatais, como a Petrobras, que estão financiando os benefícios aprovados pela PEC Kamikaze, como ele chamava a Proposta que instituiu uma série de benefícios e aumento os gastos públicos em mais de R\$ 41 bilhões neste ano. "Graças à nossa administração, as estatais, que costumavam dar prejuízo de R\$ 40 bilhões, passaram a registrar lucro de R\$ 188 bilhões por ano", comemorou.

Guedes voltou a criticar a falta de avanço da **reforma tributária** enviada pelo Executivo ao Congresso, e o fato de uma parte do projeto - que trata da correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e da taxação de dividendos -, estar parada no Senado Federal. Segundo ele, com a reforma seria possível financiar os R\$ 60 bilhões necessários para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 600 reais no próximo ano. (RH)

Amparo legal para home office



Raphael FeliceFernanda Strickland

O Senado Federal aprovou e promulgou, ontem, quatro medidas provisórias (MPs) que já haviam passado pela Câmara dos Deputados sem sofrer alterações. Entre elas, o Projeto de Lei de Conversão que regulamenta o home office (teletrabalho) e o trabalho híbrido, e faz alterações no pagamento do auxílio-alimentação. Com a nova regra, o trabalhador que tenha saldo no vale-alimentação após 60 dias poderá sacar o valor em dinheiro. O texto original do governo previa apenas que os recursos do benefício fossem usados para outra finalidade, impedindo que estabelecimentos que não tivessem ligação com o ramo alimentício aceitassem a forma de pagamento.

Outra alteração no vale, já presente na proposta do governo, proíbe, nos novos contratos, que as fornecedoras de tíquete-alimentação deem descontos para as empresas que contratam o serviço. A lei especifica também que eventuais desvios de finalidade do auxílio-alimentação por empregadores ou empresas que fornecem o serviço serão objeto de multa que varia de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil.

Teletrabalho

A medida provisória que regulamenta o home office prevê que os trabalhadores poderão alternar a jornada presencial com o trabalho remoto. O texto estabelece que a presença no ambiente de trabalho para tarefas específicas, ainda que de forma habitual, não descaracteriza o home office. Trabalhadores que com deficiência ou com filhos de até quatro anos devem ter prioridade para as vagas em teletrabalho.

O Senado Federal também aprovou a MP que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar). A proposta será custeada por recursos de multas, da Cide-Combustíveis e do valor direcionado a pesquisas por parte das petroleiras. A iniciativa funcionará com

adesão voluntária, cabendo a coordenação à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) como agente operador. Apesar da aprovação, o tema gerou insatisfação de parte dos deputados por retirar recursos da área de ciência e tecnologia.

Os senadores também deram aval à MP 1109 - que também caducaria se não fosse votada nesta semana - que permite a flexibilização de leis trabalhistas durante estados de calamidade pública. Segundo o texto, as empresas poderão suspender temporariamente os contratos de trabalho, com previsão de pagamento mensal de benefício emergencial ao trabalhador. O governo adotou estratégia semelhante durante a pandemia de covid-19, por meio de duas Mps que acabaram caducando.

O Plenário também aprovou a MP que altera o modelo de análise de pedidos de benefícios ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Entre outras alterações, a medida dispensa o exame da perícia médica federal para requerimentos de auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).

A maratona de votações foi acertada com as lideranças partidárias para permitir que os deputados retornem as suas bases já a partir de hoje, para retomar compromissos das campanhas eleitorais.

É urgente corrigir a tabela do IR (Artigo)

Miguel Tones, Presidente da Força Sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos)

A não correção da tabela do Imposto de Renda (IR) tem provocado uma escalada histórica da tributação sobre os trabalhadores brasileiros, principalmente os menos favorecidos economicamente.

Levantamento recente divulgado por auditores da **Receita Federal** mostra que a defasagem da tabela do IR chegou a 147,37%, considerando o período de 1996 -ano em que deixou de receber reajustes anuais- a junho de 2022. Houve, no período, apenas pequenas correções nos anos de 2005 e 2015.

Só no governo de Jair Bolsonaro (PL) a defasagem está acumulada, até junho deste ano, em 26,6%. E muito cruel! Sem a justa correção na tabela, o "leão continuará mordendo" grande parte dos reajustes salariais dos trabalhadores.

Pois a cada reajuste salarial conquistado, na maioria dos casos com muita mobilização, greves, lutas, assembleias e negociações, aumenta também o número de trabalhadores que perdem a isenção ou passam a pagar mais imposto porque "progridem" de faixa. Resultado do descaso do governo, que se recusa a corrigir essa injustiça social e se apropria cada vez mais da renda dos trabalhadores, ampliando assim, de forma nefasta, a desigualdade tributária.

É importante ressaltar que, neste segundo semestre, estamos tentando antecipar todas as campanhas salariais das categorias com data base para agilizar as negociações com os setores patronais e preservar o quanto antes o poder de compra dos salários da classe trabalhadora.

Acontece que milhares de trabalhadores que estão isentos -hoje quem recebe até R\$ 1.903,98- passarão a ser tributados após a aplicação dos reajustes. Não corrigir a tabela é, portanto, uma enorme injustiça praticada a essa numerosa parcela da população.

A luta do movimento sindical pela correção da tabela do IR é, portanto, uma luta por justiça social, tendo em vista que a política tributária é um dos principais instrumentos de distribuição de renda. Por isso, o debate sobre a correção é fundamental para a reorganização do sistema tributário em bases mais justas.

Vale ressaltar que essa reivindicação faz parte da pauta da Conclat 2022 (Conferência da Classe Trabalhadora), aprovada em 7 de abril último em uma ação unificada das centrais sindicais por mais emprego, renda e direitos.

Há tempos o movimento sindical cobra a correção anual da tabela. Não corrigi-la é uma forma de aumentar o imposto para essa numerosa parcela da população, que, além de arcar com o Imposto de Renda, precisa também lidar com os **tributos** indiretos que incidem sobre o consumo.

É preciso urgentemente reformar o sistema tributário e orientá-lo pela capacidade produtiva de cada brasileiro, pela revisão dos **impostos** de consumo e dos **impostos** sobre renda e patrimônio. Precisamos, ainda, de um novo projeto nacional de desenvolvimento, com tributação justa, empregos e democracia.

Corrigir a tabela do IR é uma forma de distribuir renda. A luta faz a lei!

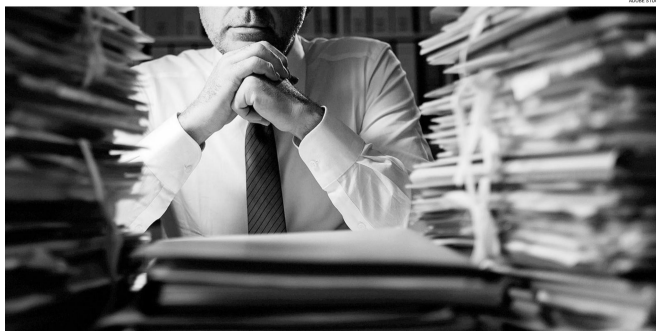
[...] É preciso urgentemente reformar o sistema tributário e orientá-lo pela capacidade produtiva de cada brasileiro, pela revisão dos **impostos** de consumo e dos **impostos** sobre renda e patrimônio. Precisamos, ainda, de um novo projeto nacional de desenvolvimento, com tributação justa, empregos e democracia

Miguel Tones, Presidente da Força Sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49993>

Como aliviar o calvário burocrático, regulatório e tributário dos empreendedores?



Nos rankings dos países com os ambientes de negócios mais amigáveis, o Brasil costuma ter desempenho pífio. Pode até subir duas ou três posições na classificação geral em um ano, mas volta ao ponto anterior ou até pior no seguinte. Veja alguns exemplos do fiasco do País neste campo:

Na edição 2021/2022 do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o mais abrangente estudo sobre as condições oferecidas aos empreendedores pelo mundo afora, o Brasil aparece em 47.º lugar, entre 50 países, ao lado de Belarus e à frente apenas do Irã e do Sudão;

Na lista de 2022 da Heritage Foundation, dos Estados Unidos, que aponta o grau de liberdade econômica em 184 países, o Brasil ocupa a 133.ª colocação, atrás do Camboja, de Uganda e da Nicarágua;

No Doing Business de 2020, produzido pelo Banco Mundial, que apura a facilidade para fazer negócios em 190 países, o Brasil está na 124.ª posição, abaixo da Faixa de Gaza, da Albânia e do Vietnã;

No Global Competitiveness Report de 2019, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, que classifica os países pela competitividade na arena global, o Brasil figura em 71.º lugar entre 141 economias, abaixo de Rússia, Índia, China e África do Sul, seus parceiros no Brics, grupo que reúne os principais mercados emergentes.

Os números são implacáveis e falam por si. Produzidos a partir de uma série de indicadores e de milhares de entrevistas realizadas com autoridades, pesquisadores e representantes de organizações de apoio ao empreendedorismo, eles mostram de forma cristalina o tamanho da tarefa que o País tem pela frente para se tornar mais acolhedor para a iniciativa privada.

Nesta reportagem do jornalista José Fucs, a quarta da série Agenda Estadão, dedicada à discussão dos grandes desafios que se apresentam para o próximo presidente da República, o jornal aborda a importância do estímulo ao empreendedorismo e da melhoria do ambiente de negócios para alavancar o crescimento econômico, a inovação, o aumento de produtividade e o emprego.

Quem já tentou abrir o próprio empreendimento ou já toca a sua empresa sabe bem o que isso significa. Ter um negócio no Brasil é uma corrida de obstáculos que deixa muitos empreendedores pelo caminho, sufocados pela burocracia, pela alta carga tributária, pela complexidade fiscal, pelas obrigações trabalhistas, pela regulação excessiva, pela dificuldade de acesso ao crédito e pela infraestrutura deficiente. Mesmo quem consegue superar a tormenta e se consolidar no mercado acaba sofrendo mais do que deveria para ganhar musculatura.

"O nosso ambiente de negócios continua a ser um dos piores do mundo", afirma Camilla Junqueira, diretora-geral da Endeavor Brasil, uma organização de apoio ao empreendedorismo de alto impacto, que tem como pilares a tecnologia e a inovação. "No Brasil, o empreendedor - do pipoqueiro de rua ao dono da indústria que fornece o milho para a pipoca - é penalizado, em vez de ser estimulado", diz o cientista político Bruno Garschagen, autor do livro Pare

de Acreditar no Governo (Ed. Record), entre outras obras.

NOVOS TEMPOS. Com a transformação digital, que já estava em curso e foi acelerada pela pandemia, e as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, impulsionadas pela flexibilização da legislação trabalhista, milhões de trabalhadores estão se reinventando para se adaptar aos novos tempos e garantir o próprio sustento e o de suas famílias.

Na nova era, o empreendedorismo deverá ter um papel ainda mais relevante para o desenvolvimento e para geração de renda. Diz Carlos Melles, presidente nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae): "Entendo que o futuro do trabalho está na liberdade do cidadão empreender, ser independente, patrão de si mesmo".

O futuro, na verdade, está se tornando presente em ritmo acelerado. Apesar do ambiente hostil, a criação de novas empresas no País está batendo recorde atrás de recorde. Só no ano passado, foram mais de 4 milhões de novos empreendimentos, segundo dados da Secretaria da **Receita Federal**, dos quais 3,1 milhões (78%) se cons

tituíram como microempreendedores individuais (MEIS), com faturamento de até R\$ 81 mil por ano, e 682,7 mil se registraram como microempresas, com receita anual de até R\$ 360 mil. Hoje, os negócios de pequeno porte já respondem por 30% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e por mais da metade de todos empregos com carteira assinada (veja os gráficos).

O problema é que muitos dos novos negócios desaparecem do mapa ainda na infância. Segundo levantamento realizado pelo Sebrae, 29% dos MEIS, 21,6% das microempresas e 17% das empresas de pequeno porte morrem até o quinto ano de vida. "A gente está muito aquém do nosso potencial", diz Camilla.

FORMALIZAÇÃO. Nos últimos 15 anos, o Brasil até implementou medidas importantes para melhorar o cenário e permitir que os novos negócios floresçam, ainda que isso não tenha alterado a percepção dos empreendedores nem provocado um grande salto na posição do País nos rankings internacionais.

O Simples, criado em 1996 e aperfeiçoado em 2007, promoveu a redução e a simplificação dos **tributos** para os negócios de menor porte. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada em 2006, reforçou o tratamento diferenciado, garantindo, entre outras coisas, uma reserva de mercado nas compras governamentais.

Em 2009, a criação da categoria de microempreendedor individual favoreceu a formalização de milhões de pessoas que trabalhavam por conta própria sem registro, ao desburocratizar a criação e a gestão dos novos negócios. Hoje, conforme dados da **Receita Federal**, são 14 milhões de empreendedores registrados como MEIS, que representam 71% do total de 19,6 milhões de empresas em atividade no País.

PENDÊNCIAS. No governo **Temer**, o Congresso aprovou também a possibilidade de um empreendimento receber recursos de um "investidor-anjo" - uma pessoa física que injeta capital próprio em negócios de terceiros - sem que tenha de deixar o Simples. Outra medida positiva foi a isenção dos investidores de responsabilidade por eventuais pendências legais das empresas, como dívidas

tributárias e trabalhistas. Agora, o risco dos investidores é só o de as empresas não darem certo, o que ampliou a segurança jurídica para quem quer apostar no sucesso de um novo negócio.

Mais recentemente, em 2019, houve a aprovação da Lei da Liberdade Econômica, que dispensou as atividades de baixo risco de qualquer tipo de licença, autorização e alvará. A nova lei também determinou que todos os órgãos públicos fixem prazos máximos para atender os empreendedores e, em caso de não cumprimento dos mesmos, a autorização agora é automática. Além disso, com a chamada Lei dos Cartórios, que prevê a digitalização dos sistemas de registros públicos, o empreendedor poderá resolver muitos problemas sem sair de seu estabelecimento.

Por fim, houve uma acentuada digitalização dos serviços governamentais. O Brasil é, hoje, o líder em governo digital nas Américas e o 7.º colocado no mundo, entre 198 países, de acordo com o Govtech Maturity Index, do Banco Mundial, à frente dos Estados Unidos, do Canadá e da Noruega.

Com o avanço da digitalização, o tempo médio para abertura de empresas diminuiu de forma significativa, para um dia e 16 horas, segundo o Ministério da Economia. "É papel do governo fazer com que as regras sejam mais simples e acessíveis para todos", afirma Paulo Uebel, ex-secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e ex-secretário municipal de Gestão de São Paulo.

COMPLEXIDADE. Na avaliação de Uebel, tudo isso deverá melhorar a posição do País nos rankings globais e a percepção de empreendedores em relação às condições para o desenvolvimento de seus negócios. "O Brasil tem avançado em algumas reformas microeconômicas importantes, que tornam o ambiente de negócios menos oneroso, menos árido", diz. "Mas entre as reformas serem aprovadas, começarem a surtir efeito e serem percebidas pelos empreendedores e capturadas pelos rankings leva dois ou três anos."

Falta, de qualquer forma, aprovar as grandes reformas para que a situação melhore para valer. A mais impactante, segundo dez entre dez analistas, é a **reforma tributária**, não apenas pela carga excessiva que incide sobre as empresas, mas também pela complexidade do sistema atual.

De acordo com o Doing Business, o Brasil é o país em que as empresas mais perdem tempo para fazer a gestão de **tributos**. Considerando a organização dos documentos, o preenchimento das declarações e os pagamentos, são perdidas de 1.483 a 1.501 horas por ano só para isso.

"Não existe nenhum empreendedor que não reclame da complexidade que é navegar pelo sistema tributário brasileiro", afirma Camilla, da Endeavor. "Talvez, isso não esteja barrando os empreendedores de começar um negócio, mas com certeza está impedindo que eles consigam crescer mais rapidamente e com um custo muito menor."

PARENTES. Embora Melles, do Sebrae, diga que "a **reforma tributária** na micro e na pequena empresa já foi feita", com a criação do Simples e do MEI, o sistema ainda penaliza duramente os negócios que amadureceram e ganharam corpo.

"O MEI e as micro e pequenas empresas têm um regime mais acessível, mas, quando se tornam negócios de médio e grande portes, a burocracia e o custo crescem de forma desproporcional", afirma Uebel. "Para os empreendedores quererem crescer, sem ter de recorrer a vários CNPJS nem ter de colocar as empresas em nome de parentes, a gente precisa simplificar a transição do Simples para o modelo mais complexo. A mudança de fase não pode ser algo tão desproporcional, a ponto de as pessoas não quererem crescer."

É preciso, ainda, em sua visão, reduzir o custo da folha de pagamento, que representa, com os encargos sociais, um gasto equivalente a quase duas vezes os salários dos trabalhadores. Outro ponto fundamental é a ampliação do acesso ao crédito e do sistema de garantias. Mesmo que também tenham ocorrido melhoras nesta área, os empreendedores, em especial os de menor porte, ainda enfrentam muitas dificuldades para conseguir financiamento por um custo que não sufoque o crescimento de seus negócios. "Nunca tivemos o volume de empréstimos para micro e pequenas empresas que temos hoje, em torno de R\$ 350 bilhões, mas precisamos dobrar isso", diz Melles.

Para que os efeitos da Lei de Liberdade Econômica sejam sentidos em toda a sua extensão, todos os Estados e municípios têm de aprovar leis específicas, que regulamentem a sua aplicação, e liberar os empreendedores do pagamento de taxas que limitam o acesso à formalização.

Mesmo com a criação do MEI, ainda há cerca de 20 milhões de trabalhadores por conta própria sem CNPJ, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), ligado à Fundação Getulio Vargas (FGV). "A informalidade é a maior evidência de que o Estado falhou, ao não fazer regras que atingissem toda a população", afirma Uebel.

Como se pode observar, o próximo governo, eleito em

outubro, terá de fazer uma lição de casa pesada para garantir condições mais favoráveis aos empreendedores. Sem acelerar a agenda de simplificação e desburocratização, o País estará condenado a se manter como um dos lugares mais inóspitos do planeta para os negócios.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

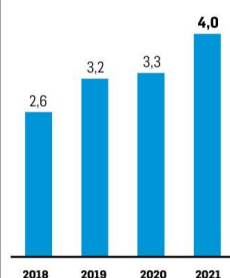
CORRIDA DE OBSTÁCULOS

As empresas de pequeno porte vêm ganhando força na economia do País, mas as dificuldades para os empreendedores ainda são grandes, apesar das melhorias recentes no ambiente de negócios

A abertura de empresas bate recorde...

Registros de novos negócios de micro e pequeno portes

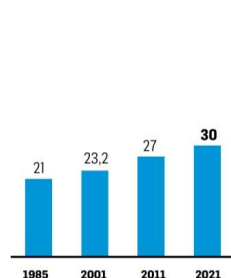
EM MILHÕES



...a participação no PIB cresce....

Fatia das micro e pequenas empresas no PIB

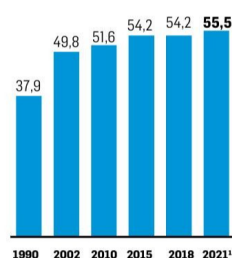
EM PORCENTAGEM



..a contribuição para o emprego aumenta...

Participação das micro e pequenas empresas no total de empregos com carteira assinada

EM PORCENTAGEM



¹ ESTIMATIVA DA REPORTAGEM

...mas o ambiente de negócios ainda é hostil...

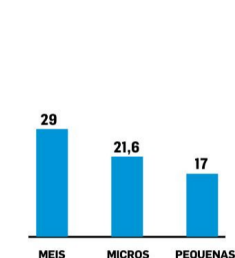
Posição do Brasil, em diferentes quesitos, no ranking global, com 190 países

POSICÃO	INDICADOR
184	PAGAMENTO DE IMPOSTOS
170	LICENÇAS PARA CONSTRUÇÃO
138	FACILIDADE PARA ABRIR UM NEGÓCIO
133	REGISTRO DE PROPRIEDADES
108	BUROCRACIA PARA COMÉRCIO EXTERIOR
104	OBTENÇÃO DE CRÉDITO

...e muitos empreendimentos não sobrevivem

Taxa de mortalidade de empresas de menor porte com até 5 anos

EM PORCENTAGEM DO TOTAL



Orçamento secreto, federação provisória (Artigo)

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

A história do Brasil, tal como é conhecida, é marcada por fantasias e omissões. É o caso do "grito do Ipiranga"; o silêncio sobre o papel decisivo da imperatriz Leopoldina na Independência e nos movimentos libertários de 1817 e 1824; o golpe militar eufemisticamente denominado "proclamação" da República; a mitologia em torno de Tiradentes, cujo perfil foi produzido à semelhança de Cristo como retratado pelos pintores renascentistas, entre outros.

Temos, também, o gosto pelo inacabado. O Decreto n.º 1 da República, subscrito pelo marechal Deodoro da Fonseca, "chefe" do governo provisório, "proclama" provisoriamente a República e a Federação, que, no meu entender, seguem provisórias.

O artigo 2.º da Emenda Constitucional n.º 32, de 2001, facultou a existência de medidas provisórias permanentes, sem incomodar sequer os dicionaristas.

Suscitada em várias ocasiões no período imperial, a Federação de 1889 foi uma cópia mal-acabada do que existia nos Estados Unidos, em circunstâncias absolutamente distintas: lá, ascendente e contratual; aqui, descendente e normativa. Era mais uma manifestação do nosso arraigado complexo de vira-latas, que cultua acriticamente ideias gestadas no exterior.

Desde então, vivenciamos um federalismo roto, contrastando com o discurso de um pacto federativo que nunca houve.

O federalismo cooperativo, previsto no artigo 23 da Constituição federal, aguarda disciplinamento desde 1988. E ninguém se importa com isso.

A Constituição diz que o ICMS é um imposto seletivo, fundado na essencialidade.

Lei complementar reconheceu, embora tardiamente, que combustíveis e lubrificantes são produtos essenciais e, portanto, não podem ter alíquota maior do que a modal.

Ninguém questiona a essencialidade daqueles produtos.

Postula-se, contudo, ressarcimento aos Estados por uma "perda" que a Constituição impõe.

À competência tributária dos entes federativos, desde a **reforma tributária** de 1965, acrescentou-se a constitucionalização da partilha de rendas, a pretexto de enfrentar as flagrantes desigualdades inter-regionais. Esse objetivo, todavia, jamais foi alcançado, mesmo porque os critérios de partilha não guardam consistência com ele.

Essa desordem federativa foi agravada pelas "emendas parlamentares", que, de início, eram pouco expressivas em termos fiscais. Depois, elas cresceram significativamente e assumiram caráter impositivo. Culminaram com o monstro do orçamento secreto. São elas a face ostensiva do desperdício de dinheiro público, da cooptação política pouco virtuosa e, não raro, da corrupção.

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Empresários cobram US\$ 1 bi do Bank of America por jatos de luxo

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Moraes diz que antiga lei de improbidade deixou brechas

ANDRÉ DE SOUZA E MARIANA MUNIZ

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BMG é multado por abuso na oferta de consignado

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Auxílio Brasil: Empréstimo consignado multiplica efeito eleitoral do benefício, dando até R\$ 2.600 a famílias

O governo Jair Bolsonaro está finalizando a regulamentação que vai permitir que beneficiários do Auxílio Brasil façam empréstimos consignados (com desconto em folha) ainda neste mês, multiplicando os recursos nas mãos das famílias às vésperas da eleição. Bancos e instituições financeiras já se antecipam e fazem pré-cadastros para quem recebe o benefício.

O crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil foi permitido numa medida provisória aprovada pelo Congresso e sancionada ontem pelo presidente Bolsonaro .

Com a soma do novo piso do programa (de R\$ 600) e empréstimos que chegam a R\$ 2.000, os beneficiários terão até R\$ 2.600 neste mês. Segundo especialistas, o aumento de capital para essa parcela da população na véspera do pleito é uma medida eleitoreira.

A regulamentação do empréstimo consignado não vai estabelecer um limite para os juros que poderão ser cobrados pelos bancos, de acordo com integrantes do Executivo, diferentemente do que ocorre com empréstimos a outros públicos, como aposentados do **INSS**.

Bancos e instituições financeiras consultados pelo GLOBO já oferecem taxas de até 4,96% ao mês - ou 78,8% ao ano.

Cada beneficiário poderá comprometer até 40% do valor recebido por mês para desconto em folha, mas considerando como base o benefício permanente, de R\$ 400 - a parcela que leva o auxílio a R\$ 600 é temporária, válida até dezembro.

'Irresponsabilidade'

A expectativa do governo é publicar o decreto que regulamenta o consignado ainda nesta semana, permitindo que os bancos comecem a emprestar. Além do decreto, o Ministério da Cidadania vai editar uma portaria se comprometendo a divulgar a lista dos bancos credenciados.

- É um remendo de caráter eleitoreiro. Eles tiveram

quatro anos para tomar iniciativas em relação a esse segmento da população e desenharam um programa (Auxílio Brasil) que é muito criticado. É o tipo de resposta de quem não tem capacidade nem interesse de tratar a raiz dos problemas - comenta Renato Maluf, economista, professor da UFRJ e coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

Maluf cita o resultado de uma pesquisa da entidade apontando que, dos entrevistados que informaram endividamento, 49,1% passaram por insegurança alimentar moderada e grave:

- É um percentual muito elevado. Estão propondo antecipar um dinheiro para famílias extremamente necessitadas, que vão comprometer o uso de uma parte significativa do auxílio que recebem a juros exorbitantes. Isso é uma irresponsabilidade.

O projeto aprovado pelo Congresso permite ainda que idosos e deficientes da baixa renda que ganham o Benefício de Prestação Continuada (BPC) também possam tomar empréstimo consignado. O BPC é limitado ao salário mínimo e atualmente é pago a 4,8 milhões de pessoas.

Sem carência e prazos

Segundo técnicos da equipe econômica, o decreto que vai regulamentar a concessão do crédito aos beneficiários do Auxílio Brasil não vai fixar limite para a taxa de juros nem se referir a questões como carência e prazo de pagamento.

- Provavelmente essa medida é de cunho eleitoreiro, porque ela não foi planejada. Embora esse grupo necessite de um apoio do governo, esse segmento não deveria ser exposto a essa política de crédito - afirma a coordenadora do programa de serviços financeiros do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Ione Amorim.

Os bancos interessados na nova clientela terão que se cadastrar no Ministério da Cidadania. Caberá à pasta abater o valor da prestação diretamente do benefício e

transferir os recursos às instituições credoras.

Para o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, o incentivo ao crédito consignado sem impor um teto para os juros, no cenário atual, é perigoso:

- Esse público não tem experiência de crédito e, sem teto para os juros, com a taxa Selic alta e a **inflação** do jeito que está, a medida se torna perigosa, porque o valor do benefício vai cair. Agora não é hora de as pessoas tomarem crédito, é uma hora em que elas deveriam poupar. Esses R\$ 600 vão cair para R\$ 400 em janeiro de 2023.

O adicional de R\$ 200 no Auxílio Brasil está previsto na proposta de emenda à Constituição (PEC) Eleitoral, recentemente promulgada pelo Congresso e que ampliou os benefícios sociais às vésperas das eleições. Em agosto, 20,3 milhões de famílias receberão o Auxílio Brasil em valor turbinado.

Trabalhadores do setor privado, **servidores públicos** e aposentados do **INSS** já fazem uso dessa modalidade de crédito consignado. No caso dos aposentados do **INSS**, o teto para os juros cobrados pelas instituições credenciadas é de 2,14% ao mês. O objetivo é evitar taxas abusivas.

A MP sancionada por Bolsonaro também ampliou a margem consignável para os aposentados do **INSS**, de 40% para 45%. Já para trabalhadores do setor privado, o percentual que pode ser comprometido mensalmente subiu de 35% para 40%.

*Colaborou Letícia Lopes

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/08/auxilio-brasil-emprestimo-consignado-multiplica-efeito-eleitoral-do-beneficio-dando-ate-r-2600-a-familias.ghtml>

Afastamento por Covid-19 cai 90% e doença deixa de ser principal causa

Economia

|
Vinicius Primazzi*, do R7

A Covid-19, que foi o principal motivo de afastamento do trabalho em 2021, passou para o 29º lugar na lista de doenças que mais registraram benefícios por incapacidade, o antigo auxílio-doença, do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) neste ano.

Segundo levantamento do Ministério do Trabalho e Previdência, feito a pedido do R7, nos seis primeiros meses de 2022, foram 6.537 afastamentos por Covid-19 ante 64.561 registrados no mesmo período do ano passado, uma queda de 90%.

No ano inteiro de 2021, houve 98.787 casos de pessoas afastadas por infecção pelo coronavírus. Em 2020, esse número chegou a 37.045, de abril a dezembro.

O advogado trabalhista João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin, afirma que essa queda não surpreende, já que o Brasil conseguiu controlar a doença causada pelo coronavírus. "Era o esperado que diminuísse o número de afastamento, muito em razão da vacinação. Então, o que era uma regra (o afastamento), se tornou uma exceção. Hoje não se vê um grande número de pessoas que se afaste do trabalho por essa razão", avalia Badari.

No Brasil, já soma 679.000 mortes pela doença desde o começo da pandemia, em março de 2020. Desde o início da vacinação, em janeiro de 2021, foram aplicadas 462.563.664 doses, e 170.620.604 (79,98% da população) pessoas foram totalmente imunizadas.

O critério do governo é listar somente as doenças que geraram indenização do **INSS**, ou seja, aquelas que fazem o trabalhador ser afastado por mais de 15 dias.

João explica que o afastamento até o 15º dia é pago pela empresa, mas a partir do 16º quem paga é o **INSS**. "Se o médico disser que o afastamento é de até 15 dias, você se afasta para obter sua recuperação, e a empresa é quem paga o salário. A partir de 15 dias, você marca uma perícia, leva um documento médico,

e o perito vai dizer quanto tempo você tem de afastamento. Nesse caso, quem deve pagar pelo afastamento é o **INSS**."

A primeira causa de afastamento no ranking deste ano é o leiomioma do útero, um tumor benigno. Para Guilherme Macedo Silva, advogado trabalhista, do escritório Greco, Canedo e Costa Advogados, o resultado surpreende. "Normalmente, as doenças que mais costumam afastar são dores na coluna. Recentemente, também se observa o crescimento de patologias de ordem psicológicas. Já temos até decisões judiciais acerca disso", afirma Silva.

Confira abaixo as 10 primeiras causas de afastamento de janeiro a junho de 2022:

Os problemas relacionados à coluna, muito comuns em toda a série histórica, podem ser causados por diversos fatores, entre eles, a falta de condições adequadas de trabalho, como cadeiras não ergonômicas em escritórios. "As empresas devem investir mais na qualidade do espaço laboral, na ergonomia do funcionário, e isso traz para ela menor possibilidade de afastamento por esses motivos", diz João Badari.

Além disso, o advogado explica que o afastamento é definido pelo médico, e não pela empresa, mas que não é o fato de o empregado portar a doença que o afasta, mas sim a própria incapacidade, ou seja, precisa estar intimamente relacionada à incapacidade com a profissão, de modo que impeça o trabalhador de exercê-la.

Então, se duas pessoas têm o mesmo problema na coluna, mas uma delas exerce profissão que exija levantar muito peso e a outra não, pode ocorrer de somente uma delas ser afastada.

*Estagiário do R7, sob supervisão de Ana Lúcia Vinhas

Site: <http://noticias.r7.com/economia/afastamento-por-covid-19-cai-90-e-doenca-deixa-de-ser-principal-causa-04082022>

STF retoma nesta quinta julgamento sobre alcance da Lei de Improbidade

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/08/04/RDIOBANDNEW>

SFM905DF-06.45.29-06.48.19-1659608776.mp3

Tribunais devem se preparar para ações de improbidade, diz Moraes



Alexandre de Moraes, do STF Pedro Ladeira - 18.mai.22/Folhapress

José Marques *brasil*

O ministro Alexandre de Moraes, relator no STF (Supremo Tribunal Federal) do processo sobre a possibilidade de aplicação retroativa da nova lei de improbidade, afirmou nesta quarta-feira (3) que os tribunais precisam se aparelhar melhor para combater a corrupção e para julgar ações de improbidade.

Segundo ele, "não é factível" que o tempo médio entre o recurso apresentado após a sentença de um juiz e o julgamento em um órgão colegiado seja tão longo quanto o atual.

Dados apresentados por Moraes, baseados em informações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do Ministério Público de São Paulo, apontam que o período médio para que esses julgamentos aconteçam, da decisão de primeira instância até a decisão de segunda instância, é de mais de três anos.

Moraes começou a ler no fim de tarde desta quarta seu voto no julgamento a respeito do assunto, que é de repercussão geral -o que significa que sua decisão incidirá em outros processos similares.

Pouco depois, a sessão foi encerrada por comum acordo entre os ministros, devido ao lançamento de um livro que ocorre na sede do Supremo. Moraes irá

apresentar o trecho mais importante do seu voto nesta quinta-feira (4).

Ao iniciar a leitura de seu voto, o ministro disse que as normas sobre o tema foram "uma grande conquista no combate à corrupção e no combate à má gestão de recurso público".

Aponta, porém, que tanto a legislação antiga, de 1992, como a nova, de 2021, não são "extremamente técnicas" e têm "inúmeras brechas".

A possibilidade de aplicação retroativa da nova lei de improbidade pelo STF interessa não só a políticos que manifestaram intenção de concorrer às eleições deste ano, mas também a dezenas de agentes e **servidores públicos** acusados de atuação irregular nas últimas décadas.

Mais benéfica, a nova lei eliminou a sanção por irregularidades "culposas" e agora será preciso comprovar que houve dolo -ou seja, quando há intenção ou se assume o risco de cometer o ilícito.

Após o voto de Moraes, que deve ser encerrado nesta quinta-feira, os demais ministros irão ler os seus votos.

Já se manifestaram ao STF entidades como a Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público) e o conselho federal da OAB.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, reafirmou que não é favorável à retroatividade da nova lei. "Firmar uma posição sobre a retroatividade ou não de norma de direito material mais benéfica, de maneira geral e abstrata, de modo a atingir de forma generalizada todos os processos em curso, parece ser medida que desconsidera a necessidade de o Poder Judiciário analisar em cada caso." Caso haja a retroatividade, a mudança beneficiará, por exemplo, os ex-governadores José Roberto Arruda (PL-DF) e Anthony Garotinho (União-RJ), e também do ex-prefeito do Rio César Maia (PSDB), vice na chapa de Marcelo Freixo (PSB) ao governo fluminense.

O trio obteve liminares (decisões provisórias urgentes) recentes do presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Humberto Martins, para que seus processos sejam suspensos. A decisão a favor de Arruda, porém, foi revogada por outro ministro após o retorno do

recesso de julho.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

93

Superministro argentino toma posse e anuncia medidas de austeridade

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Políticos usam projetos investigados em marketing eleitoral

GABRIEL SABOIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação é veneno a ser combatido (Editorial)

CORREIO BRAZILIENSE

O Banco Central deu a mais contundente prova de que o controle da inflação ainda está longe de ser uma realidade no Brasil, apesar do desejo eleitoreiro do governo, que prega aos quatro ventos que os índices de preços estão em deflação. Ao elevar a taxa básica de juros pela 12ª vez consecutiva, para 13,75% ao ano, e se comprometer com um novo aumento de pelo menos 0,25 ponto, a 14%, o Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou que o custo de vida continua atormentando - e muito - a população, em especial, a mais carente. Não será a queda temporária dos preços dos combustíveis e mesmo das tarifas de energia elétrica a pôr fim às remarcações. O essencial para os mais pobres continua a encarecer: a comida de todo santo dia.

A inflação está acima do teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional CMN) pelo segundo ano seguido. E, pelas projeções dos especialistas, esse quadro deve se repetir em 2023 e 2024, dadas as incertezas que rodam a economia brasileira e, sobretudo, o mercado global. É justamente para evitar que o descumprimento das metas se torne recorrente, que o Banco Central está pesando a mão nos juros. Afinal, anos seguidos de inflação fora das metas indicam leniência no combate disseminado dos reajustes de preços. É admitir que o efetivo controle da carestia deixou de ser a principal missão da autoridade monetária.

A despeito dos arroubos retóricos de integrantes do governo de que a inflação de julho e, provavelmente, a de agosto será negativa - no economês, haverá deflação -, o Banco Central tem procurado agir de forma técnica, como convém, para não perder seu principal ativo: a credibilidade. Desde março de 2021, a taxa Selic, que serve de parâmetro para a formação do custo do dinheiro, já subiu quase 12 pontos percentuais. Em nenhum ciclo de aperto monetário, desde a adoção do regime de metas de inflação, em 1999, se viu um aumento tão forte dos juros. Ainda assim, o custo de vida não dá trégua.

O BC tem a exata noção de que a inflação é o pior dos venenos para a economia. E não será a proximidade das eleições que impedirá a instituição de seguir com seu trabalho. Deixar a política monetária ser contaminada pelos interesses deste ou daquele candidato é enterrar um ativo do qual qualquer país jamais pode abrir mão. O histórico brasileiro sempre foi de complacência com o descontrole de preços. Não

à toa, o país é um dos mais desiguais do mundo. Ao longo de décadas, os mais ricos se protegeram da inflação aplicando seus recursos a juros altíssimos. Já os mais pobres viram o poder de compra ser corroído.

Em vez de alardear a queda momentânea da inflação por conta de uma redução forçada e temporária de impostos sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações, o governo deveria trabalhar para a criação de um ambiente institucional mais tranquilo, com equilíbrio nas contas públicas. É isso que pedem os agentes econômicos para que possam produzir com tranquilidade e a população, consumir. As turbulências criadas por aqueles que estão no poder, chamando para o confronto, incitando a violência, tentando desacreditar o processo eleitoral e gastando irresponsavelmente só pensando em votos, acabam estimulando aumentos preventivos de preços. É o risco Brasil sendo pago pelos mais pobres.

Ao subir os juros, o BC está fazendo a parte dele. Que os demais agentes públicos, que tenham compromisso com a estabilidade econômica e a democracia, façam o mesmo. Não é possível que o Brasil tenha de conviver com inflação de dois dígitos por um longo período, correndo o risco do descontrole de preços que tanto mal fez ao país no passado. O Plano Real realizou um belo trabalho ao tirar a inflação alta da rotina dos brasileiros - muitos não sabiam o que era a carestia até o atual governo. Preservar os seus ganhos é preponderante.

Juros podem ir a 14% em setembro - CELSO MING



CELSO MING

Nesta quarta-feira, o Copom aumentou a Selic pela 12ª vez consecutiva, agora em 0,5 ponto percentual, para 13,75% ao ano (veja o gráfico). E sugeriu que na próxima reunião agendada para setembro voltará a apertar o volume de dinheiro. Pretende subir os juros em mais 0,25 ponto percentual, para 14,0% ao ano. Diante das múltiplas incertezas pela frente, avisou que agirá com muita cautela.

Não há clareza sobre o calibre da recessão a ser enfrentada pela economia global. Os fluxos de produção e distribuição continuam conturbados pela nova onda de covid na China e a guerra na Ucrânia. Isso vem aumentando as apostas na queda dos preços do petróleo e das matérias-primas. Mas a **inflação** atingiu, em junho, níveis inimagináveis, de 9,1% em 12 meses nos Estados Unidos e de 8,6% na zona do euro, situação que pode ter dinâmica própria e exigir mais aumento dos juros.

E há as coisas daqui. O Brasil poderá passar por período eleitoral conturbado; o equilíbrio das finanças públicas está sob ataque dos políticos; a atividade econômica, embora melhor do que a esperada há três meses, é insuficiente para corrigir a renda do

consumidor. A **inflação**, hoje nos 11,8% em 12 meses, começa a ceder, mas continua alta.

Isso não é tudo. Outras áreas nebulosas deixam o setor produtivo e mais ainda o Banco Central sem chão firme onde pisar, e isso foi apenas insinuado no **comunicado** emitido logo após a reunião.

Políticas eleitoreiras adotadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, de impacto sobre os preços ou sobre as contas públicas, têm prazo de validade até 31 de dezembro, mas podem se tornar permanentes.

Entre elas estão a redução a zero dos **impostos** federais (Cide e PIS-Cofins) sobre os combustíveis e gás de cozinha; ampliação de R\$ 400 para R\$ 600 do Auxílio Brasil; aumento de R\$ 53 para R\$ 120 do vale-gás; benefício de R\$ 1 mil mensais para caminhoneiros; e auxílio gasolina de R\$ 200 para taxistas e novos repasses a Estados.

Não é possível saber o que acontecerá com todos esses valores a partir de 1º de janeiro nem tampouco seu impacto favorável ou não sobre a **inflação**.

E não dá para prever qual será a política fiscal a ser adotada pelo novo governo.

O último Boletim Focus já mostra os efeitos dessas desonerações.

A expectativa média para a **inflação** de 2022 cedeu pela quinta semana consecutiva, para 7,15%. Mas as projeções para 2023 continuam avançando.

E é por isso que o Banco Central seguirá pisando em ovos na sua política de juros destinada a puxar de volta a **inflação** para cumprir a meta de 3,25% em 2023 e de 3,0% em 2024, com tolerância de 1,5 ponto percentual, para cima ou para baixo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SELIC

JUROS BÁSICOS (SELIC)
EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

Porta entreaberta para alta de juros - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estados rebatem dados de aumento de arrecadação

Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187292

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187292

Guedes nega "desarranjo fiscal" e diz que "teto é retrátil"

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187292

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187292

Ações ilegais em produtos "custam" R\$ 337 bi

Paula Martini Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187292

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187292

Guedes diz que governo violou o teto de gastos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta-feira (3) que o governo "violou o teto de gastos" para repassar recursos aos mais vulneráveis em um momento de emergência.

Ele argumentou, no entanto, que o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600 este ano é fiscalmente responsável, custeado por receitas extraordinárias.

Durante participação no evento Expert XP o ministro disse ainda que governo irá zerar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), de modo a dar um impuLso adicional para o setor industrial do país.

"Vamos reindustrializar o Brasil. Vamos zerar esse IPI", afirmou Guedes. O ministro não detalhou, contudo, de que forma pretende promover a medida ou um cronograma para sua implementação.

O governo editou no final de julho um decreto que determina a redução de 35% do IPI sobre produtos que não são fabricados na Zona Franca de Manaus. Em fevereiro, o governo havia cortado o IPI em 25%, e ampliou o corte para 35% em abril.

Guedes também disse que o governo poderá corrigir a tabela do Imposto de Renda e pagar de maneira permanente o Auxílio Brasil de R\$ 600 se o Congresso aprovar o projeto de **reforma tributária** que já passou pela Câmara e aguarda análise do Senado.

O ministro afirmou que a reforma do Imposto de Renda é a solução para que as duas promessas já feitas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) sejam cumpridas com responsabilidade fiscal

A regra atual prevê que o Auxílio Brasil será de R\$ 600 apenas até dezembro. Como o teto de gastos seguiria sendo um obstáculo a essas despesas adicionais mesmo com essa solução, Guedes voltou a defender a retirada de amarras do Orçamento, dando mais liberdade para os governantes definirem alocações prioritárias.

Analistas vêm mencionando ampliação de riscos fiscais e possível pressão inflacionária depois que o governo decidiu liberar despesas por fora do teto para turbinar benefícios sociais meses antes da eleição.

Com Reuters Lucas Bombana

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49993&anchor=6460585&pd=09165d01db7535f1f94faeee34fadd37>

Eleitor apático (Editorial)

O Parlamento é, por definição, a mais aberta das instituições democráticas. Nele estão representadas, ainda que imperfeitamente, diferentes vozes e correntes de pensamento que há na sociedade. É com desalento, portanto, que se constata a apatia do eleitor na escolha de deputados federais e senadores.

A prova do desinteresse está na mais recente pesquisa Datafolha. Segundo o instituto, 64% dos cidadãos não lembram o nome do candidato a deputado federal em que votaram no pleito passado, e 65% esqueceram a escolha para o Senado.

Em favor dos eleitores pode-se dizer que o sistema de escolha para a Câmara não é dos mais amigáveis. O voto proporcional com listas abertas aqui adotado é, sem dúvida, o que mais favorece o pluralismo e a diversidade, mas coloca não poucos obstáculos para o eleitor.

A primeira dificuldade é identificar, num mar de candidatos, quem melhor o representa. Em 2018, foram 8.067 postulantes para as 513 cadeiras na Câmara. A maioria dos concorrentes fica no meio do caminho, e não se ouve mais falar deles.

A propaganda eleitoral no rádio e na televisão até que dá conta de expor o cidadão às ideias dos principais candidatos às disputas majoritárias, notadamente os cargos no Executivo, mas funciona muito mal no caso das proporcionais.

Em São Paulo, o estado mais congestionado, seriam necessárias mais de sete horas de programação para dar a cada um dos 1.686 candidatos que disputaram uma vaga de deputado federal no último pleito apenas 15 segundos para passar sua mensagem central. Os postulantes à Câmara têm 75 minutos semanais, numa campanha que se estende por um mês.

A tecnologia pode ser valiosa. Iniciativas, como a desta Folha, que oferecem ferramentas digitais para o eleitor identificar candidatos com ideias parecidas às suas permitem superar a barreira do anonimato das candidaturas, mas serão necessários anos para que os eleitores as usem de forma consistente.

Na ausência de uma **reforma política** que modificasse o sistema de votação, o que não está no horizonte, resta apostar na capacidade de aprendizagem do eleitorado, para que ele consiga fazer escolhas cuidadosas, apesar dos obstáculos. Tecnologia, boa informação e transparência são o caminho.

Nesse sentido, é lamentável que o Tribunal Superior Eleitoral, baseado numa interpretação hiperbólica da Lei Geral de Proteção de Dados, tenha restringido a divulgação de informações sobre o patrimônio declarado pelos Candidatos, privando o eleitor de saber, por exemplo, de quais empresas eles são sócios.

A democracia depende de o eleitor saber o máximo possível sobre seus representantes, e a decisão do TSE vai na direção oposta.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/eleitor.do?numero=49993>